



27 de agosto, Dia da Psicóloga: É preciso racializar a profissão!

A regulamentação da profissão de psicóloga/o e da formação em Psicologia formalizou-se pela Lei nº 4.119, aprovada em 27 de agosto de 1962, continuamente acrescida por atos oficiais e legislações que colaboraram para o processo de profissionalização, cuja finalização remontou a década de 70 mediante a aprovação do código de ética e a introdução dos Conselhos Regionais de Psicologia (BAPTISTA, 2010).

Os saberes psicológicos e o fenômeno psicológico estiveram presentes ao longo da história do país, adquirindo usos e contornos desde o período colonial no interior dos campos filosóficos, religiosos, educacionais, médico e políticos, ao imprimir marcas ao processo histórico de colonização e alicerçar a instalação de aparatos de repressão, exploração e escravização dos povos ameríndios e sequestrados na diáspora africana (CRP-SP, 2011; ANTUNES, 2007).

Em confluência com esse processo de constituição, as concepções higienistas se estabeleceram e obtiveram notabilidade no século XIX nas áreas da educação e das ciências médicas, dedicando-se à estruturação das instituições manicomiais, disciplinadoras, educacionais e morais. No século XX, o campo psicológico esteve a serviço dos ideários de modernização e de construção do ideário de nação, fundados em um projeto de extermínio dos não brancos, em uma ideologia liberal desenvolvimentista que almejava forjar um ser humano novo em aliança com a ciência psicológica emergente, a qual forneceria subsídios técnicos e científicos para tal intento (CRP-SP, 2011; ANTUNES, 2007).

Nesse cenário, a profissionalização da Psicologia no Brasil irrompe enquanto socialmente situada em uma sociedade industrial no capitalismo do tipo dependente, tendo o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro subordinado a interesses do capital internacional (MARINI, 2005). Tencionava-se a racionalização dos indivíduos a partir das funções a serem desempenhadas na carreira liberal, cujo sujeito psicológico, entendido enquanto autônomo, independente e responsável por si mesmo, seria adaptado e designado ao seu respectivo posto de trabalho, sob a égide das falácias da igualdade de oportunidades e da democracia racial (BAPTISTA, 2010; PATTO, 2015).

O estabelecimento da profissão e a instalação dos Conselhos de Psicologia foram instituídos sob a repressão da ditadura militar (CRP-SP, 2012), tendo sido o Sistema Conselhos importante ferramenta para a democratização e para o tensionamento acerca do compromisso social e político da Psicologia brasileira, território de múltiplas pertencas étnico-raciais.

Psicologia e Questões Étnico-Raciais

Como apontamos, no século XIX a Psicologia se fortalece como ciência – a partir de uma interpelação de sua contribuição como ciência humana para o novo projeto de sociedade brasileira, pós independência – e como profissão, já no século XX com a regulamentação em 1962.

Os autores Santos, Schucman e Martins (2012) propõem uma divisão do pensamento brasileiro sobre relações étnico-raciais em três momentos históricos: 1/) o final do século XIX e no início do século XX, caracterizado por investigações com grande influência de Gobineau sobre as características psicológicas dos negros e sua vinculação com a criminologia; 2) o período de 1930 até 1950, que se caracteriza pelo debate da construção sociocultural das diferenças e da desconstrução do determinismo biológico das raças; 3) e o período de 1990 em diante, pelos estudos sobre branqueamento e branquitude (SANTOS; SCHUCMAN; MARTINS, 2012).

A partir desta breve contextualização, percebemos que a Psicologia Social foi uma área pioneira de aproximação das questões raciais no Brasil, que tem se modificado ao longo da história. Nessa origem, observou-se a fundação de parâmetros de normalidade muito específicos que produziram dinâmicas de exclusão em instituições totais. Portanto, a construção do saber psicológico guardou consigo grande interesse em mensurar, moldar e controlar subjetividades (ROSE, 2008). Ainda que tenha se erigido com estes parâmetros eugênicos e racistas para dizer o mínimo, um movimento contra hegemônico tem sido colocado há algum tempo e tem tomado cada vez mais força no momento atual.

Em 1945, Virgínia Bicudo publicava sua dissertação de mestrado intitulada “Atitudes raciais de pretos e mulatos na Escola Livre de Sociologia e Política”, na Universidade de São Paulo, disponível em versão publicada em livro (BICUDO, 2010). Também a psicóloga Edna Roland defendeu seu mestrado em Psicologia Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pesquisando a discriminação entre patroas e empregadas domésticas, conforme aponta o artigo “Eu, mulher, psicóloga e negra” (1984).

No âmbito do Conselho Federal de Psicologia (CFP), a temática sobre os povos indígenas se destaca no IV Congresso Nacional de Psicologia 2001 (CNP), com proposição para que o Sistema Conselhos de Psicologia e demais entidades aprofundem a discussão no âmbito do exercício profissional de psicólogas e psicólogos, como também a inserção nos currículos das instituições de ensino superior referente à formação prática e teórica voltadas para os povos indígenas.

Em 2002, houve o lançamento da campanha “Preconceito racial humilha, a humilhação social faz sofrer”, bem como a Resolução nº 018/2002, que estabelece normas de atuação para as(os) psicólogas(os) em relação ao preconceito e à discriminação racial. Em 2017, o Conselho Federal de Psicologia lançou o documento “Relações Raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas e psicólogos” e em 2019, as “Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) para a atuação de psicólogas(os) com povos tradicionais”.

Reflexões sobre o Mapeamento do Perfil de Psicólogos(as) de Mato Grosso

Em 2019, o CRP18-MT, por meio do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP/MT), realizou o mapeamento de psicólogas e psicólogos de Mato Grosso, com o intuito de identificar as principais áreas de inserção e atuação da psicologia e estabelecer ações para nortear a gestão do referido Conselho.

O quantitativo de respondentes no estado corresponde a um total de 321 profissionais de Psicologia. Particularmente no que tange ao enfoque étnico-racial, das quais 84,69% (271) são mulheres cis e 13,13% (42) são homens cis. No quesito raça/cor/etnia 53,13% (170) das pessoas respondentes se autodeclararam brancas, 44,69% (143) pardas e pretas e as etnias indígenas Bororo e Kurâ-Bakairi e 1,25% (4) amarelas.

No que concerne ao município de atuação das(os) profissionais psicólogas(os) pretas(os) e pardas(os) 11,19% atuam na capital, 5% em Rondonópolis, 20% atuam em consultórios particulares e 13% atuam no Centro Referência de Assistência Social (CRAS).

Comissão de Relações Étnico-Raciais do CRP 18 – MT

Em atenção ao papel dos Conselhos Regionais de Psicologia no processo permanente de luta pela democratização no país, a Comissão Temática Relações Étnico-Raciais na Psicologia do Conselho Regional de Psicologia da 18ª região (MT) objetiva a construção de projetos sistemáticos de formação e orientação para o fortalecimento e entrelaçamento da Psicologia enquanto ciência e profissão referenciada pelos marcadores raça e etnia, especialmente atenta aos pertencimentos que constituem o território mato-grossense.

A referida Comissão é coordenada pela psicóloga Tatiane da Costa Correa e composta por profissionais e estudantes de Psicologia colaboradores. As reuniões ocorrem mensalmente, na primeira quarta-feira, às 19 horas, segundo o fuso-horário de Cuiabá – MT. As Comissões Temáticas são espaços de diálogo e construção coletiva, destinados às(aos) profissionais e estudantes de Psicologia situadas(os) nos territórios que compõem a regional do CRP18-MT. Para saber mais, consulte as chamadas para a participação divulgadas em nosso site. Seja bem-vinda(o)!

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. A. M. **A Psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição.** 5ª ed. São Paulo: Educ, 2007.

BAPTISTA, M. T. D. S. A Regulamentação da Profissão Psicologia: Documentos que explicitam o processo histórico. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2020, n. 30, p. 170-191.

CRP-SP. **Exposição 50 anos da psicologia no Brasil: A História da psicologia no Brasil.** Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região. São Paulo: CRPSP, 2011.

Acesso em: 11 ago. 2020. Disponível em:
<<http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/pdf/catalogo50anos.pdf>>.

CRP-SP. O avanço da profissão: um pouco de História. **Jornal Psi**, 2012. Acesso em: 11 ago. 2020. Disponível em:
<http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/jornal_crp/172/frames/fr_avancos.aspx>.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. 4ª ed. São Paulo: Intermeios, 2015.

BICUDO, V. L. **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo**. Edição organizada por Marcos Chor Maio. São Paulo: Sociologia e Política, 2010.

SANTOS, A. O.; SCHUCMAN, L. V.; MARTINS, H. V. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 32(spe), 166-175, 2012. Disponível em:
<<https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932012000500012>>. Acesso em: 09 de jul. de 2017.

Eu, mulher, psicóloga e negra. (1984). **Psicologia: Ciência e Profissão**, n. 4, v. 2, 10-15, 1984. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98931984000200004>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.). Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.